

Sumário

Apresentação, ix

Introdução, 1

- 1 Fungibilidade para o direito material, 1
- 2 Utilização dos termos *fungibilidade* e *conversão* no processo civil, 4
- 3 Uma nova dimensão para o princípio da fungibilidade, 6
- 4 Fungibilidade de meios: escolha, conversão ou possibilidade do aproveitamento?, 10
- 5 Desenvolvimento do tema, 13

2 Noções prévias, 16

- 1 Forma do ato processual, 16
 - 1.1 Forma e formalismo, 16
 - 1.2 Forma do ato e sua eficácia, 19
- 2 Ato processual, invalidade e conservação, 28
 - 2.1 Ato processual, 28
 - 2.2 Defeitos do ato processual, 32
 - 2.2.1 Inexistência, 34
 - 2.2.2 Nulidades, 36
 - 2.3 Princípios ligados ao sistema das nulidades, 40
 - 2.4 Sanatória, convalidação e repetição do ato processual, 43
- 3 *Causa petendi*, princípio da eventualidade e a teoria da substanciação; pedido e princípio da adstrição, 47
- 4 Exame de admissibilidade e Despacho Saneador, 54
- 5 Os poderes do juiz e a entrega da tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva, 57
- 6 Procedimento e legitimação dos resultados, 59



- 6.1 Procedimento, 59
- 6.2 Nota conclusiva, 65

3 Conversão, 68

- 1 A conversão do negócio jurídico, 69
- 2 A conversão no processo civil brasileiro, 79
 - 2.1 Entendimento atual acerca do tema à luz do artigo 250 do CPC, 79
 - 2.2 Evolução do tema no direito pátrio, 83
 - 2.3 A conversão no processo civil italiano e no português, 90
 - 2.4 Nossa opinião, 94
 - 2.5 O sentido amplo da conversão (aproveitamento), 97

4 Fungibilidade recursal como paradigma do estudo, 101

- 1 Evolução do princípio da fungibilidade recursal no direito luso-brasileiro, 102
- 2 Requisitos para a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, 115
 - 2.1 Dúvida objetiva e ausência de erro grosseiro, 115
 - 2.2 Prazo recursal, 122
- 3 Procedimento, 124
- 4 Aplicação ampla do princípio, 126

5 Fungibilidade de meios, 132

- 1 Fungibilidade como escolha de meios e como conversão de um meio em outro, 132
- 2 Classificação das formas de fungibilidade, 134
- 3 Requisitos, momentos e limites para sua aplicação, 137

6 Fungibilidade de meios: principais hipóteses, 142

- 1 Fungibilidade entre os interditos proibitórios e com outras demandas, 142
- 2 Ação de nunciação de obra nova e ação demolitória, 147
- 3 Fungibilidade entre as tutelas para resolução da crise do adimplemento, 150
 - 3.1 Tutelas monitória, condenatória e executiva, 150
 - 3.2 Fungibilidade entre as formas de execução e a execução das obrigações de entrega, fazer e não fazer e as tutelas cominatórias dos artigos 461 e 461-A e dessas com a ação indenizatória, 156
- 4 Fungibilidade entre os ritos sumário, ordinário e dos juizados especiais cíveis, 164
- 5 Fungibilidade entre as tutelas de urgência, 168
 - 5.1 Fungibilidade entre a tutela antecipada e a tutela cautelar, 168
 - 5.2 Fungibilidade entre as tutelas típicas e atípicas, 182
 - 5.3 Artigo 805 do CPC, 191
- 6 Fungibilidade entre o mandado de segurança e os recursos, 192
 - 6.1 Evolução do uso do mandado de segurança contra ato judicial, 194

- 6.2 Interposição do recurso como requisito para o manejo do mandado de segurança contra ato judicial, 201
- 6.3 Fungibilidade entre o agravo e o mandado de segurança, 204
- 6.4 Mandado de segurança e agravo interno, 207
- 6.5 Nota conclusiva, 211
- 7 Fungibilidade entre os meios autônomos para atacar a sentença (Ação Rescisória, Ação Declaratória de Inexistência, Ação Anulatória do artigo 486, CPC, Mandado de Segurança contra ato judicial e embargos à execução), 212
 - 7.1 Breve introdução histórica, 212
 - 7.2 Sentenças “nulas”, 223
 - 7.3 Sentenças inexistentes, 230
 - 7.4 Coisa julgada inconstitucional, 238
 - 7.5 Fungibilidade entre a ação rescisória e ação declaratória de inexistência, 243
 - 7.6 Fungibilidade entre a ação rescisória e a ação anulatória, 255
- 8 Fungibilidade entre os embargos de terceiro, embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e objeção de preexecutividade, 266
 - 8.1 Generalidades acerca dos institutos, 266
 - 8.1.1 Impugnação ao cumprimento de sentença, 266
 - 8.1.2 Embargos à execução, 268
 - 8.1.3 Embargos de terceiro, 269
 - 8.1.4 Objeção de preexecutividade, 272
 - 8.2 Pagamento e excesso de execução, 276
 - 8.3 Responsabilidade patrimonial, 277
 - 8.3.1 A responsabilidade dos sócios, 279
 - 8.3.2 Desconsideração da personalidade jurídica, 280
 - 8.3.3 O caso específico do artigo 135 do CTN, 282
 - 8.3.4 Fraude contra credores e fraude à execução, 285
 - 8.4 Fungibilidade entre os institutos, 289
- 9 Fungibilidade entre as formas de liquidação de sentença, 290

7 Conclusão, 296

Bibliografia, 309